



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Carlos Gomes** - Republicanos/RS

Of. 0006/2021.

Brasília-DF, 18 de março de 2021.

Ao Ilustríssimo Senhor

Helio Angotti

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE

Ministério da Saúde

Brasília/DF

Senhor Secretário

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, venho à presença de Vossa Senhoria, para manifestar minha posição a respeito da Consulta Pública nº 09, realizada pela CONITEC sobre inclusão de secuquinumabe na primeira linha de artrite psoriásica.

Conforme estudo realizado, a CONITEC inicialmente não recomenda a ampliação do uso de secuquinumabe em pacientes adultos, pois entende que poderá gerar impacto financeiro nas contas públicas.

Em primeiro lugar, impende registrar minha posição de que é direito do paciente receber tratamento adequado e com a melhor tecnologia disponível, em atendimento ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Com relação ao relatório apresentado, causa espanto que apenas três pessoas se inscreveram para participar da "Perspetiva do paciente", o que representa fração ínfima do universo de pessoas em tratamento em nosso país. Assim, parece que essa etapa deveria ser realizada novamente, buscando maior adesão dos interessados.

Segundo o estudo realizado e conforme relatos da sociedade civil, há casos em que o uso de secuquimumabe é indicado já no início do tratamento com biológicos, com resultados extremamente satisfatórios. Ainda, podemos perceber grande porcentagem de pacientes que passam para o uso desse biológico após utilizar os tratamentos atualmente disponibilizados na primeira linha.

Ora, a partir dessa constatação, é possível presumir que há muitos casos em que o medicamento poderia ter sido utilizado de antemão, conferindo maior efetividade ao tratamento e melhorando o estado de saúde do paciente.

Entendemos ser natural que ocorram alterações dos tratamentos, sendo muitas vezes necessário sejam testados medicamentos para analisar a reação de cada organismo. Entretanto, a alta porcentagem de pacientes que passam a usar o secuquimumabe após falha dos biológicos disponíveis na primeira etapa terapêutica aponta para a necessidade de sua disponibilização em primeira linha, o que representaria a supressão de uma etapa de tratamento em muitos casos.

A posição desfavorável da CONITEC em recomendar o seu uso em primeira linha tem por fundamento tão somente o preço de tratamento ser superior ao do adalimumabe, deixando de lado o mais importante: a saúde e a qualidade de vida do paciente.

Ocorre que a posição tem por base análise comparativa entre o preço dos tratamentos com o adalimumabe e secuquimumabe, o que, salvo melhor juízo, parece desconsiderar que há numerário público sendo investido em tratamento ineficiente, bem como que o paciente está sendo obrigado a passar por um tratamento por vezes inócuo, vendo sua dignidade desrespeitada.

Assim, entendemos que a avaliação financeira deve considerar, também, o impacto financeiro resultante da supressão das etapas necessárias para que seja efetivo o tratamento.

Portanto, nos parece que a disponibilização do biológico secuquimumabe em primeira linha, além de atender a autonomia do médico na escolha do tratamento a ser conferido, resultará em melhora da qualidade de vida do paciente e ainda representará economia aos cofres públicos, pois significará a supressão de uma etapa de tratamento a muitos pacientes, evitando dispêndio de numerário público.

Desde já agradeço pela compreensão e reitero votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CARLOS GOMES', with a long horizontal flourish extending to the right.

CARLOS GOMES
Deputado Federal
REPUBLICANOS/RS